



CONCURSO PÚBLICO

30. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: AUDITORIA)

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



CONCURSO PÚBLICO

30. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: AUDITORIA)

QUESTÃO	RESPOSTA
01	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
02	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
03	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
04	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
05	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

06	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
07	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
08	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
09	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
10	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

11	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
12	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
13	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
14	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
15	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

QUESTÃO	RESPOSTA
16	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
17	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
18	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
19	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
20	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

21	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
22	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
23	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
24	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
25	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

26	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
27	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
28	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
29	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
30	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 01.** A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante, no que for pertinente, a legislação específica, bem como
- (A) os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - (B) os Princípios Contábeis geralmente aceitos em todos os Estados e as Normas Mundiais de Contabilidade.
 - (C) as Normas de Auditoria Internacionais.
 - (D) as Normas Nacionais de Contabilidade – IFRS.
 - (E) a Regulamentação de cada país.
- 02.** De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, os procedimentos de auditoria independente que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos são:
- (A) Procedimentos de Auditoria.
 - (B) Programas de trabalho.
 - (C) Conjunto de técnicas.
 - (D) Papéis de trabalho.
 - (E) Pareceres de auditoria.
- 03.** O auditor deve planejar seu trabalho consoante as Normas Profissionais de Auditor Independente, com as normas de contabilidade, bem como de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade. O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade, e o nível geral de competência de sua administração. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, tais como o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior, o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade, bem como
- I. os riscos de auditoria e identificação das áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, quer pela chefia de contabilidade;
 - II. a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
 - III. a não existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;
 - IV. o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos;
 - V. a natureza, o conteúdo e a oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes a serem entregues à entidade.
- Estão corretas apenas
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
- 04.** De acordo com o preconizado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente as NBCT 11, o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligadas pelo auditor independente, preparados de forma manual, por meios eletrônicos ou por outros meios, que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião, são:
- (A) programas de trabalho.
 - (B) papéis de trabalho.
 - (C) procedimentos de consubstanciação.
 - (D) revisões analíticas.
 - (E) trilhas de auditoria.
- 05.** Segundo o “AICPA – American Institute of Certified Public Accountant”, o controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas. O auditor independente deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar
- (A) a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.
 - (B) a extensão e o cumprimento de seus trabalhos de auditoria.
 - (C) a profundidade e o cumprimento da aplicação dos procedimentos de auditoria.
 - (D) a natureza, oportunidade e tempestividade da aplicação dos procedimentos de auditoria.
 - (E) a oportunidade, extensão e funcionalidade da aplicação dos procedimentos de auditoria.
- 06.** A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a
- (A) auxiliar nos trabalhos da auditoria externa.
 - (B) auxiliar na tomada de decisões dos leitores das demonstrações financeiras.
 - (C) tornar os processos menos burocráticos.
 - (D) assistir à administração da entidade na busca da identificação de fraudes.
 - (E) assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

07. Os procedimentos de Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- (A) inspeção, observação, cálculo e revisão analítica.
- (B) inspeção, observação e investigação e confirmação.
- (C) observação, contestação, investigação e criação.
- (D) cálculo, observância, contestação e criação.
- (E) inspeção, observação, investigação e contestação e revisão limitada.

08. As estimativas contábeis são de responsabilidade da administração da entidade e baseiam-se em fatores objetivos e subjetivos, requerendo o seu julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. O auditor deve ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade no estabelecimento de estimativas que resultem em provisões. São exemplos de estimativa contábil, entre outros, os valores destinados a possibilitar os registros relativos a

- (A) provisões para aumentar ativos ao seu valor provável de realização.
- (B) provisões para realocar o custo de itens do ativo durante suas vidas úteis estimadas.
- (C) receitas diferidas.
- (D) custos e despesas incorridos.
- (E) impostos indiferidos.

09. A Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho. O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários. No que tange às normas de auditoria interna, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a norma que contém a afirmação textualizada acima sobre fraudes e erros é a

- (A) NBC T 8.
- (B) NBC T 9.
- (C) NBC T 12.
- (D) NBC T 13.
- (E) NBC T 15.

Nas questões de números **10** e **11**, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases.

10. O _____ dos trabalhos da auditoria interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir _____ e a época do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

- (A) transcorrer ... a extensão
- (B) programa ... os procedimentos
- (C) resultado ... a profundidade
- (D) objetivo ... a cobertura
- (E) planejamento ... a amplitude

11. A análise _____ de Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos e estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Nesse sentido, devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos: (i) a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance _____ de Auditoria Interna a serem aplicados, considerando o volume ou complexidade das transações e das operações; e (ii) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

- (A) dos riscos ... dos procedimentos
- (B) dos resultados ... dos objetivos
- (C) dos projetos ... dos riscos
- (D) dos objetivos ... dos programas
- (E) dos resultados técnicos ... dos resultados

12. Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Considerando esse conceito, pode-se dizer que a equação básica da estrutura do balanço patrimonial é:

- (A) Ativo circulante menos Passivo circulante é igual às Receitas menos as Despesas.
- (B) Ativo mais Passivo é igual ou superior ao Patrimônio Líquido.
- (C) Ativo total menos Passivo circulante e não circulante é igual ao Patrimônio Líquido.
- (D) Ativo nunca é menor que o Passivo, menos o Patrimônio Líquido.
- (E) Ativo é igual ao Passivo.

13. Considerando a estrutura de um balanço patrimonial, demonstre o saldo do Caixa de uma empresa que apresentou os seguintes valores nas contas contábeis:

Capital	\$ 800.000
Imobilizado	\$ 1.844.400
Empréstimos	\$ 787.000
Fornecedores	\$ 889.000
Aplicações Financeiras	\$ 280.600
Impostos a Recolher	\$ 643.000
Dividendos a Pagar	\$ 345.000
Receita de Vendas	\$ 5.347.000
Custos	\$ 4.130.000
Lucro Líquido	\$ 321.000
Estoques	\$ 445.000
Outras contas a receber	\$ 544.000
Contas a receber	\$ 567.000

- (A) \$ 100.400.
 (B) \$ 104.000.
 (C) \$ 384.600.
 (D) \$ 544.400.
 (E) \$ 1.321.000.

14. A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar, de forma vertical e resumida, o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, as empresas deverão, na Demonstração do Resultado do Exercício, discriminar receitas e despesas, que serão contabilizadas de acordo com o princípio de competência de exercícios. Nesse sentido, de acordo com as referidas práticas contábeis, a classificação da conta Impostos sobre Vendas deverá ser classificada no

- (A) Ativo circulante.
 (B) Grupo de receitas de vendas da demonstração do resultado.
 (C) Passivo circulante.
 (D) Custos de vendas, na demonstração do resultado.
 (E) Patrimônio Líquido.

- Utilizando-se do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 abaixo, aplique as técnicas de análise e estrutura de balanço de forma a responder às questões de números 15 a 22.

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Circulante	723.000	Circulante	635.000
Caixa	25.000	Salário a Pagar	45.000
Bancos	75.000	Imposto a Recolher	340.000
Aplicações Financeiras	103.000	Fornecedor	250.000
Duplicatas a Receber	335.000		
Estoques	185.000		
Não circulante		Não circulante	
Realizável a Longo Prazo		Financiamento BNDS	148.000
Títulos a Receber	75.000		
	350.000	Patrimônio Líquido	365.000
Veículos	45.000	Capital	100.000
Máquinas e Equipamentos	105.000	Reservas de Capital	15.000
Móveis e Utensílios	200.000	Lucro Acumulado	250.000
Total do Ativo	1.148.000	Total do Passivo	1.148.000

Demonstração do resultado	R\$
Vendas líquidas	350.000
Custos das vendas	(110.000)
Despesas operacionais	(80.000)
Lucro líquido	<u>160.000</u>

15. A participação de capitais de terceiros é de

- (A) 0,13.
 (B) 0,36.
 (C) 0,55.
 (D) 0,65.
 (E) 0,68.

16. A participação do capital próprio na estrutura de capital é de

- (A) 0,08.
 (B) 0,10.
 (C) 0,32.
 (D) 0,48.
 (E) 0,87.

17. A imobilização do Patrimônio Líquido é de

- (A) 85%.
- (B) 87%.
- (C) 94%.
- (D) 96%.
- (E) 98%.

18. O índice de liquidez geral é de

- (A) 1,02.
- (B) 1,08.
- (C) 1,12.
- (D) 1,21.
- (E) 1,40.

19. O índice de liquidez corrente é de

- (A) 0,85.
- (B) 0,97.
- (C) 1,12.
- (D) 1,14.
- (E) 1, 20.

20. O índice de liquidez seca é de

- (A) 0,45.
- (B) 0,55.
- (C) 0,65.
- (D) 0,75.
- (E) 0,85.

21. A rentabilidade do ativo dessa empresa é de

- (A) 0,09.
- (B) 0,12.
- (C) 0,14.
- (D) 0,20.
- (E) 0,21.

22. O giro do ativo dessa empresa é de

- (A) 0,30.
- (B) 0,35.
- (C) 0,40.
- (D) 0,42.
- (E) 0,51.

23. A Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei n.º 5.452/43 estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas. Nesse sentido, considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. Adicionalmente, equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego,

- (A) exclusivamente as repartições públicas, companhias mistas e outros órgãos.
- (B) as empresas públicas e privadas, além dos órgãos públicos.
- (C) os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.
- (D) os profissionais liberais, as entidades sem fins lucrativos e com fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados, inclusive pessoas com deficiência física.
- (E) exclusivamente profissionais liberais que tenham empregados.

Nas questões de números 24 e 25, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases.

24. De acordo com o § 8.º do Decreto-Lei n.º 5.452/43, as autoridades administrativas _____, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os _____, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

- (A) e o juiz de direito ... princípios
- (B) e a Justiça do Trabalho ... usos e costumes
- (C) e a Justiça do Trabalho ... princípios
- (D) e o sindicato da categoria ... regulamentos trabalhistas
- (E) e o fiscal do trabalho ... regulamentos e decretos

25. De acordo com o Decreto-Lei n.º 5.452/43, em seu artigo 13.º, _____ é obrigatória(o) para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

- (A) a Cédula de Identidade
- (B) a Carteira Nacional de Habilitação
- (C) a Cédula do PIS
- (D) a Carteira de Trabalho e Previdência Social
- (E) o Cadastro de Pessoa Física

26. Em fevereiro de 2010, um trabalhador da indústria recebeu, por um mês de trabalho, o salário de R\$ 6.000,00. Calcule o seu imposto de renda retido na fonte, sabendo-se que

- I. possui dois dependentes, e o valor para dedução por dependente é de R\$ 150,89;
- II. sua faixa de tributação é de 27,5%;
- III. a parcela a deduzir é de R\$ 692,78;
- IV. para esse cálculo o INSS não será utilizado.

De acordo com os dados apresentados, seu IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte – sobre o salário será de R\$

- (A) 874,34.
- (B) 1.217,57.
- (C) 1.218,39.
- (D) 1.567,12.
- (E) 1.650,00.

27. De acordo com o estabelecido em lei, o sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa

- (A) jurídica de direito público que possui o direito de receber o tributo ou penalidade.
- (B) jurídica de direito privado titular da competência para exigir o imposto.
- (C) obrigada ao pagamento do imposto ou penalidade pecuniária.
- (D) obrigada às prestações que constituam seu objeto tributário.
- (E) jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

28. A base de cálculo do imposto sobre serviços é

- (A) o fato gerador da incidência tributária.
- (B) a prestação do serviço.
- (C) o valor a ser recolhido ao erário público.
- (D) o preço negociado em proposta.
- (E) o preço do serviço.

29. A Lei Federal n.º 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Subordinam-se ao regime dessa lei

- (A) as empresas que sofreram processos de desestatização pelo governo federal, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas.
- (B) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades empresariais de capital misto fechado e aberto, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) as empresas privadas, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (E) as empresas de capital aberto controladas de acordo com as normas da CVM, empresas que especulam capital no mercado financeiro, as autarquias, as empresas públicas.

30. A licitação destina-se a garantir

- (A) a consecução de metas estabelecidas por princípios constitucionais e a seleção de proposta mais vantajosa para as partes, contratante e contratada, a fim de adquirir um equilíbrio financeiro no setor público e setor privado, garantindo, assim, o crescimento sustentável.
- (B) o cumprimento de princípios fundamentais da contabilidade e também princípios legais, a fim de selecionar e garantir proposta mais vantajosa para a administração pública em conformidade com princípios básicos por meio de vinculação ao instrumento convocatório do julgamento.
- (C) as boas perspectivas nas negociações dos resultados em negociações entre o setor privado e o setor público, assegurando sempre que princípios constitucionais e contábeis sejam respeitados por meio de julgamento na câmara de julgamento de licitações e contratos.
- (D) a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- (E) a fiscalização dos princípios orçamentários da arrecadação em conformidade com a LDO.